

Simon: nação não pode existir só para pagar juros

Impressionado com os números sobre dívidas do setor público e juros, o senador Pedro Simon acha que é o momento de pensar em correção de rumos. "A nação brasileira não pode existir apenas para pagar os juros de sua monumental dívida pública", disse.

Página 7

Burocracia atrapalha crescimento, afirma Delcídio

A abertura de uma empresa no Brasil demora 152 dias, enquanto na América Latina a média é de 70 dias e na Austrália, dois dias. Os dados foram citados por Delcídio Amaral como exemplo dos entraves criados pela burocracia ao crescimento econômico.

Página 3

César Borges apóia projeto de Camata sobre saneamento

O senador César Borges defendeu ontem o projeto que estabelece marcos técnicos, econômicos e sociais para a prestação de serviços de saneamento, de autoria de Gerson Camata. Em discurso no Plenário, César Borges criticou o projeto do governo.

Página 3

Plenário debate resposta do governo às denúncias

Ações do Executivo no combate à corrupção, que levaram à cadeia mais de 1.200 pessoas, são destacadas por Tião Viana e Ideli Salvatti. Líderes da oposição, como José Agripino e Arthur Virgílio, dizem que governo é vacilante diante das denúncias

A prisão de 1.234 pessoas em diferentes operações contra a corrupção nos últimos dois anos foi ressaltada em Plenário pelo vice-presidente

do Senado, Tião Viana, e pela senadora Ideli Salvatti. O líder do PFL, José Agripino, discordou e considerou "pífias" as ações do governo nesse sentido. O líder do

PSDB, Arthur Virgílio, acusou o Executivo de "passar a mão na cabeça" de membros do governo envolvidos em denúncias. O líder da Minoria, José Jorge, e o se-

namor Efraim Morais criticaram o governo por tentar impedir a CPI do Congresso requerida para investigar denúncias de corrupção nos Correios.



INÍCIO Sessão conjunta do Senado e da Câmara, prevista para amanhã, pode viabilizar criação da CPI destinada a investigar denúncias de corrupção nos Correios

CPI pode ser criada amanhã em sessão do Congresso

O requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção

nos Correios deve ser lido em sessão do Congresso marcada para amanhã, às 10h. Entendimentos entre os presidentes do Senado,

Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, garantiram a realização da sessão. Depois de criada a comissão,

os líderes partidários terão prazo de 30 dias para indicar os integrantes - 15 senadores e igual número de deputados.



BENEFÍCIO Almeida Lima propõe que certificados também possam abater dívidas com Fazenda Pública

Almeida Lima quer uso de precatório na compra de bens

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) pediu, em Plenário, apoio a projeto de sua autoria que cria mecanismos para compra de bens com créditos de precatórios. A proposição, em exame hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), conta com parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA).

Se o Projeto de Lei Complementar 43/04 for aprovado, explicou Almeida Lima, o cidadão que tenha precatório poderá requerer a emissão de certidão, em seu nome, confirmando o direito ao correspondente crédito. Ele deve endossar o título, para adquirir bens entre os que são enumerados no projeto, como imóveis novos, bens destinados ao ativo fixo de empresas ou instrumentos de trabalho, se trabalhador autônomo.

A empresa que receber a certidão vai poder utilizá-la, por sua vez, para abater dívidas junto às fazendas públicas. Caberá aos órgãos fazendários, nos três níveis federativos, fazer a emissão dos certificados nominativos atestando a exigibilidade dos créditos.

Agenda

Conselho de Justiça permanece em pauta

A definição dos integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve ser retomada na sessão de hoje, às 14h. O conselho foi criado pela reforma do Judiciário com o objetivo de exercer o controle externo do Poder. Consta ainda da pauta o exame dos nomes dos indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), também instituído pela reforma aprovada no final do ano passado.



Renan encontra representantes da Federação do Comércio

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da cerimônia de imposição das condecorações da Ordem do Mérito da Defesa e da Medalha da Vitória, às 10h, na Base Aérea de Brasília. Às 11h, participa de almoço na Confederação Nacional do Comércio e, às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

Sabatina de indicado para diretoria do Banco Central

Indicado para a diretoria do Banco Central, Alexandre Antonio Tombini será sabatinado na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), às 10h. Os senadores discutem ainda projetos que alteram a lei de lavagem de dinheiro (PLSs 208

e 188/03). A Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 14h, fixará o cronograma da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



Recursos do FAT para ensino superior

A Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, tem como primeiro item da pauta o exame da proposta que autoriza o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar o ensino superior (PLS 60/05). O colegiado pode votar ainda

projeto que tipifica os crimes na área de informática (PLC 89/03), cujo texto proíbe o acesso de terceiros não autorizados a informações privadas mantidas em redes de computadores, a não ser que haja prévia permissão judicial para esse fim.

Limite a propaganda via telefone

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discute projeto que proíbe empresas de telefonia de veicularem propagandas enquanto

o consumidor aguarda, na linha, atendimento de ligação realizada por sua iniciativa (PLS 31/05). A prática, conforme o texto, pode prorrogar o atendimento ao usuário e lhe impor prejuízo.



Novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 18h, as indicações de Fausto Martha Godoy, para exercer a chefia da embaixada brasileira no Tadjiquistão cumulativamente com a do Paquistão; Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, para a missão diplomática do Brasil no Suriname; e de Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, para a embaixada em Angola.

Audiência na CPI da Terra

Às 10h30, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra promove audiência com o secretário-executivo da Associação de Cooperação Agrícola (Anca), José Trevisol; o presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Francisco Dal Chiavon; além de Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José Pinho e Orlando Vieira de Araújo.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CONDENAÇÃO Maciel relata que, no encontro, o populismo foi situado como ameaça às instituições

Maciel comenta encontro da Democracia de Centro

Ao fazer uma retrospectiva da reunião da Internacional Democracia de Centro (IDC), realizada na semana passada, no Rio de Janeiro, o senador Marco Maciel (PFL-PE) informou que o tema "Democracia versus Populismo" dominou as discussões.

Segundo ele, ganhou amplo debate em plenário a proposta do senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, de classificar o populismo como ameaça às instituições. Participaram do encontro lideranças políticas dos diversos continentes. A IDC é presidida pelo ex-primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar.

Pandemia

O documento, conforme Maciel, classifica o populismo como ameaça às nações e primeira "pandemia política" do século 21. No texto, Bornhausen apresenta sugestões à IDC, entre as quais o estímulo a estudos para a caracterização do populismo existente em cada país e a prioridade, nas relações internacionais, para programas de educação, ciência, arte e cultura.

– Esse neopopulismo afeta, de alguma forma, o mundo inteiro. Verificamos que ele ocorre inclusive nos países do Leste Europeu, que se caracterizam por ideologias extremamente radicais. De alguma forma, eles agora vêm surgir partidos que são, na realidade, de viés populista – comentou Maciel.

O senador também registrou que, durante o evento, o PFL avançou na discussão do processo de refundação do partido e de atualização de seu programa. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) comentou que, apesar de se falar muito em democracia, o povo, na prática, não tem acesso aos resultados concretos do que essa palavra representa.



COMPARAÇÃO Delcídio observa que pessoa gasta 152 dias no Brasil, e dois na Austrália, para abrir empresa

Delcídio afirma que burocracia ainda atrapalha o crescimento

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), destacou ontem informações do relatório "Fazendo Negócios em 2005: removendo obstáculos contra o crescimento", realizado pelo Banco Mundial. Os resultados do estudo mostram, na opinião do senador, que o país avançou em alguns pontos, porém ainda está atrasado no que se refere à abertura e ao fechamento de empresas e à legislação trabalhista. O documento investiga os avanços e retrocessos da atividade empresarial em 145 países, destacou o senador.

Delcídio afirmou que o relatório do Banco Mundial elogia a reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências do Brasil, aprovadas pelo Congresso Nacional. O estudo analisa informações em sete áreas distintas, de acordo com o parlamentar: contratação e demissão de funcionários; registro da propriedade; crédito; proteção dos investidores; cumprimento de contratos; e fechamento de empresas.

– Nessas áreas, é necessário e urgente que o Brasil apresente melhores resultados – avaliou.

Entrave

Para Delcídio, uma pessoa gasta 152 dias para abrir uma empresa no Brasil, enquanto a média na América Latina é de 70 dias e na Austrália, de apenas dois. Outro entrave para o desenvolvimento brasileiro, afirmou Delcídio, é a rigidez das regras trabalhistas. Para ele, a atual regulamentação trabalhista diminui a geração de empregos e aumenta o tempo de desemprego do cidadão.

– O aperfeiçoamento da legislação trabalhista é extremamente relevante e não pode deixar de ser incluído na agenda do parlamento brasileiro – assegurou.

Renan: 3 de julho será o dia pelo desarmamento

■ Data fará parte da campanha de mobilização para referendo sobre proibição de armas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que em 3 de julho será comemorado o Dia Nacional pelo Desarmamento. A celebração fará parte da campanha de mobilização da sociedade para o referendo no qual a população brasileira responderá à pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

Renan conta com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 1.274/04, de sua autoria, até o fim de junho, na Câmara dos Deputados. Logo que a pauta da Câmara for desobstruída, o



projeto irá a Plenário, conforme já comunicou o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti.

Mais de 2 mil armas foram recolhidas por 215 igrejas em 122 cidades de 22 estados, no último fim de semana, de acordo com informações fornecidas pelo secretário-geral do Conselho Nacional de Igrejas (Conic), pastor Ervino Schmidt. Renan Calheiros esteve presente na abertura da campanha em

Brasília neste fim de semana. O Viva Rio, ONG que participa da campanha, informou que estima em 3 mil o número de "artefatos" recolhidos.

Para aproveitar a mobilização nacional, o presidente do Conic, pastor Ariel Maia, disse que vai pedir ao presidente Lula a prorrogação, até setembro, da indenização pela entrega de armas que é efetuada pela Polícia Federal.

Criada no último dia 19, a Frente Parlamentar pelo Desarmamento, formada por senadores e deputados, se reunirá semanalmente com representantes das igrejas e da Polícia Federal para acompanhar o desenvolvimento da campanha e propor novas ações. Os 238 postos especiais de recolhimento de armas e munições criados no último dia 21 serão ampliados.

Lars Grae pede mudança na Timemania

O secretário de Esportes do estado de São Paulo, Lars Grae, encaminhou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o pleito do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte, para que a Medida Provisória 249, que cria a loteria Timemania, seja emendada para preservar o que está garantido pela chamada Lei Pelé. Hoje a lei destina 1,5% da arrecadação das loterias da Caixa Econômica Federal aos estados e municípios, e outros 2% da arrecadação para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

Segundo Grae, o pleito tem mérito e está amparado em



APELO Lars Grae (E) com Renan Calheiros: pela garantia de destinação de recursos de loterias a estados, municípios e comitês olímpico e paraolímpico

parecer da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

– A MP cria um novo produto de loteria, que é a Timemania, mas o texto encaminhado ao

Congresso não prevê o que está assegurado por lei, que são os 2% para o COB e para o CPB e 1,5% aos estados e municípios – afirmou.

Tebet quer negociação com a Bolívia sobre preço do gás

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado e ao Ministério das Relações Exteriores que negociem com o governo boliviano uma saída diplomática para o impasse causado pela Lei dos Hidrocarbonetos, que entrou em vigor na semana passada naquele país. A nova legislação elevou os impostos sobre petróleo e gás, o que pode inviabilizar os investimentos da Petrobras e encarecer o forne-

cimento ao Brasil.

Segundo o senador, um dos municípios mais prejudicados com a nova lei é o de Corumbá (MS), que poderá ter inviabilizada a instalação de um pólo gás-químico binacional e de uma usina termelétrica. Tebet disse que a própria Bolívia será prejudicada com a Lei de Hidrocarbonetos, com a possível fuga de investimentos.

– Hoje os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento querem investimentos, ainda



DESEJO "Espero que a radicalização que ocorre lá possa ter uma solução", destaca Ramez Tebet

que sejam estrangeiros, para poder melhorar a qualidade de vida da população. Espero que a radicalização que ocorre lá possa ter uma solução.

Delcídio Amaral (PT-MS) apoiou a sugestão de Tebet.



PREJUÍZO Para César Borges, projeto anunciado por ministro inviabiliza serviço em pequenos municípios

César Borges contesta governo sobre saneamento

César Borges (PFL-BA) defendeu ontem a aprovação do projeto que estabelece marcos técnicos, econômicos e sociais para a prestação de serviços de saneamento. Ele informou que a proposição, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi "fruto de muitos debates e discussões", no âmbito do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saneamento. O senador criticou o projeto anunciado pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra, para o setor.

De acordo com César Borges, o projeto de Camata (PLS 155/05) "representa o aperfeiçoamento da estrutura que deu e continua dando certo, mas que precisa ser fortalecida com mais recursos". E disse também que a proposta "representa interesses legítimos e majoritários do setor de saneamento básico do país".

O senador citou dados do IBGE, segundo os quais 1.159 municípios – 1.086 deles na região Nordeste – têm taxa de mortalidade infantil de 40 por 1.000 nascidos vivos, quando a média nacional é 25 por 1.000. Conforme o IBGE, os altos índices nesses municípios refletem a situação de baixa cobertura em saneamento básico, especialmente na coleta e tratamento de esgoto.

Para o parlamentar, o projeto anunciado pelo governo – mas ainda não apresentado ao Congresso – "destrói o sistema hoje existente", em vez de melhorá-lo. César Borges informou que as companhias estaduais, responsáveis por 77% do saneamento básico no país, somente conseguem atender pequenos municípios graças aos subsídios cruzados, por meio dos quais as grandes cidades geram recursos para o deficitário serviço nos pequenos municípios.



Requerimento será lido amanhã, em sessão conjunta do Congresso Nacional. Renan anuncia que efetuará as indicações, caso partidos se recusem a fazê-lo. José Jorge, Mão Santa e Arthur Virgílio voltam a criticar postura do governo diante de denúncias de corrupção

Congresso poderá criar amanhã CPI dos Correios

Está confirmada para amanhã, às 10h, a sessão do Congresso Nacional para a leitura do requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar a suspeita de corrupção nos Correios.

O requerimento, protocolado na Secretaria Geral da Mesa do Congresso, na última quarta-feira, pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e José Jorge (PFL-PE), e pelos deputados

Alberto Goldman (PSDB-SP), Rodrigo Maia (PFL-RJ) e José Carlos Aleluia (PFL-BA), contava na ocasião com 220 assinaturas de deputados e 49 de senadores. Para a instalação, é necessário o apoio de 27 senadores e 171 deputados.

Acordo fechado entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, garantiu a realização da sessão. Os parlamentares, no entanto, têm prazo para retirar assinaturas

do pedido de instalação da CPI até a meia-noite de amanhã, já que a publicação no *Diário do Congresso* só será feita na quinta-feira.

Depois de instalada, os líderes dos partidos terão o prazo de 30 dias para indicar os membros da comissão, que será composta de 15 senadores e de 15 deputados. O presidente do Senado já anunciou que efetuará as indicações, caso os partidos se recusem a fazê-lo no prazo regimental.

Governo tenta retirada de assinaturas, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou ontem o presidente Lula por sua declaração à imprensa ("Olhem para a minha cara e vejam se estou preocupado"), ao comentar a possibilidade de instalação da CPI dos Correios.

– O presidente dá declarações como se nada estivesse acontecendo, como se estivesse desligado do governo e do país. Ao mesmo tempo, pressiona os parlamentares da base aliada para que retirem suas assinaturas do requerimento de criação da CPI.

Afirmando que 50 senadores já assinaram o requerimento, José Jorge previu que esse nú-

mero vai aumentar com a adesão de outros parlamentares, inclusive do próprio PT, como Paulo Paim (RS).

O senador também criticou declaração do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, segundo a qual envolver naquelas denúncias empresas estatais, o secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e ele próprio "beira o golpismo".

José Jorge criticou ainda a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao se referir ao desmatamento na Amazônia, que atingiu 26 mil quilômetros quadrados entre agosto de 2003 e agosto de 2004.



AVALIAÇÃO José Jorge afirma que Lula está desligado dos problemas da administração e do país

– A culpa pelo desmatamento, segundo a ministra, é da sociedade brasileira. Então, quando eu for almoçar, terei de saber se a comida é ecologicamente sustentável ou não. Ela age como se não fosse governo e se exime de culpa – declarou José Jorge, que recebeu apoio de Almeida Lima (PSDB-SE).

Mão Santa: Lula deveria seguir os Dez Mandamentos

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem, em discurso no Plenário, acreditar que o presidente Lula nunca leria a Constituição, mas que poderia, ao menos, seguir os Dez Mandamentos, a "constituição de Deus". O parlamentar lembrou que um dos dez preceitos é "não furtarás", relevante num país em que, cada vez mais, "se respira corrupção". Isso, para o senador, é um sintoma de "falta de governo".



CONSTATAÇÃO Segundo Mão Santa, ocorrências de casos de corrupção denotam "falta de governo" no país

O representante piauiense acusou o Poder Executivo de gastador e de estar endividando o país. No entanto, o parlamentar se manifestou otimista, porque "a demo-

cracia não é do PT", e existe a alternância de poder.

Mão Santa também criticou o ministro da Casa Civil, José Dirceu, acrescentando que ele é "uma espécie de tumor maligno", que cresce num lugar indevido.

O senador recomendou que o presidente da República dê mais atenção à luta dos sem-terra, assim como ele próprio fez quando governador do estado Piauí.

Mão Santa recebeu os cumprimentos, em aparte, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Almeida Lima (PSDB-SE).



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ALIADOS Virgílio mostra diferença de tratamento entre petista que se rebelou e suspeito de corrupção

Virgílio aponta condescendência com acusados

O governo "pune impiedosamente" um antigo correligionário que desobedeceu uma determinação partidária, mas é condescendente com os aliados de outras legendas, "passando a mão na cabeça" de todos os membros do governo acusados de corrupção, disse, ontem, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

O parlamentar comparou a rigidez com que o governo e o

PT estão lidando com o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) – que se lançara candidato à Presidência da Câmara sem o apoio da cúpula da agremiação – com a forma com que foram tratados aliados acusados de corrupção, como o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

No domingo, o Diretório Nacional do PT suspendeu os direitos partidários de Virgílio Guimarães por um ano. O deputado ficou impedido de representar a legenda em comissões parlamentares e não pode votar nem ser votado nas reuniões internas do partido.

Arthur Virgílio afirmou que a base do governo não funciona porque se fundamenta na troca de favores. Os cargos públicos, na sua opinião, vêm-se tornando "objeto de suspeição e malversação de recursos públicos", já que estariam sendo concedidos aos aliados em troca de apoio no Congresso.

O líder do PSDB rebateu as acusações, feitas por membros do PT, de que a oposição pretende desestabilizar o governo e derrubar o presidente.

Paulo Octávio repele denúncia da revista IstoÉ

Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou ontem que é sem fundamento a denúncia da revista *IstoÉ*, de que ele teria se apropriado indevidamente de R\$ 160 milhões de um projeto de construção de 700 apartamentos na Superquadra 311 Norte em Brasília, que contou com recursos da Funcef, fundo de pensão dos servidores da Caixa Econômica Federal. O senador anunciou que vai interpelar judicialmente a Três Editorial Ltda., responsável pela revista.

De acordo com a matéria, consta do relatório de auditores que Paulo Octávio teria assinado ata de assembléia do fundo, como representante de sua empreiteira, já exercendo mandato de deputado, em 1998. Ele lembrou que não era parlamentar naquele ano, já que os dois mandatos de deputado que exerceu foram nos



PROCESSO Paulo Octávio anuncia que vai interpelar judicialmente a editora que publica a revista

períodos de 1991 a 1995, e de 1999 a 2003. O senador disse que está afastado de suas empresas desde dezembro de 1998 e que os negócios são geridos por executivos contratados.

Paulo Octávio levantou a possibilidade de as denúncias terem surgido em virtude de estar liderando nas pesquisas de opinião pública para governador do Distrito Federal. Em apertes, os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Cristovam Buarque (PT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram a defesa do parlamentar.



Prisões de acusados de corrupção nos últimos dois anos revelam eficiência do governo, dizem Tião Viana e Ideli. Para Agripino, os números mostram apenas ações independentes da Polícia Federal. Já Cristovam adverte para clima de impaciência na população

Viana destaca resultados no combate à corrupção

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou satisfatória a resposta que o governo vem dando ao combate à corrupção e pediu a inclusão, nos Anais do Senado, do artigo "No rastro dos corruptos", do jornalista Jailton Carvalho, publicado domingo no jornal *O Globo*. A matéria relata ações do Executivo na repressão a esse tipo de crime. O senador concordou com a declaração do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que em nenhum outro momento um governo se empenhou tanto no ataque à malversação de recursos públicos como agora.

Segundo dados citados pelo senador, nos dois últimos anos a Polícia Federal prendeu 819 políticos, empresários, juízes, policiais e servidores públicos acusados de crimes que vão do



Fotos: Roosevelt Pinheiro
RIGOR Viana ressalta empenho do governo na apuração das denúncias de cobrança de propina nos Correios

superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó. Outras 415 pessoas foram presas em diferentes ações, chegando a 1.234 detenções, abrangendo todos os estados da Federação.

Tião Viana disse que o go-

verno determinou esse mesmo empenho de investigação em relação às denúncias de cobrança de propina nos Correios. Embora tenha defendido, dentro do partido, a assinatura da CPI, o senador afirmou que iria aguardar as investigações por confiar que o Estado será eficiente também nesse caso.

Em apartes, os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Mão Santa (PMDB-PI) discordaram de Viana e apontaram omissão do governo em relação à corrupção. Já Paulo Paim (PT-RS) defendeu a instalação da CPI como forma de demonstrar que o PT não tem envolvimento com as denúncias.

Em seu discurso, Viana anunciou a visita de Lars Graell, campeão olímpico e secretário do Esporte do estado de São Paulo, ao Plenário do Senado.

Nunca tantos corruptos foram presos, afirma Ideli

Ao rebater as acusações feitas pelo PSDB, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a oposição não tem um mapa de realizações contra a corrupção, nos oito anos de gestão de Fernando Henrique Cardoso, como o apresentado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. A senadora se referiu à matéria "No rastro dos corruptos", publicada no domingo pelo jornal *O Globo*, que relata as ações do governo no combate à corrupção.

– Eu quero que me mostrem um mapa equivalente a este nos oito anos de Fernando Henrique. Este mapa enche de

orgulho o governo do PT. É um troféu que o governo deles não tem para exibir – enfatizou.

Ideli anunciou ainda que na última sexta-feira participou da solenidade que regulamentou as salvaguardas para entrada de produtos chineses no Brasil, para preservar os interesses de produtos brasileiros.

A parlamentar também destacou a solenidade de início das obras da Agenda Portos, no Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A iniciativa, observou, prevê a revitalização de mais dez portos brasileiros. Ideli registrou que há 12 anos não era colocado "um único



RESULTADOS Para Ideli, mapa de realizações do governo contra a corrupção "é orgulho para o PT"

tostão no Porto de São Francisco".

Em apartes, os senadores do PT Roberto Saturnino (RJ), Serys Slhessarenko (MT) e Delcídio Amaral (MS) reforçaram as palavras da senadora Ideli Salvatti.

Teotônio condena ação da Polícia Federal em Alagoas

Embora reconhecendo não ter elementos para julgar as prisões de autoridades ocorridas semana passada em Alagoas, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) condenou os métodos utilizados pela Polícia Federal. Ele defendeu a punição enérgica de qualquer tipo de fraude contra o dinheiro público, mas afirmou que as prisões foram feitas como se os acusados

já tivessem sido sumariamente condenados, resultando em graves humilhações.

– Não faltará quem diga que os presos de Alagoas terão julgamento isento e justo. Que julgamento, se eles todos já foram condenados à execração pública? Terão direito de defesa? Que defesa, se eles foram moralmente massacrados diante de suas famílias, de seus

vizinhos e de seus conterrâneos? Que interesse terá, de agora em diante, qualquer sentença de absolvição que venham a conseguir? Que absolvição? – criticou.

O parlamentar se referiu à operação em que a Polícia Federal prendeu prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais e empresários acusados de participação em fraudes contra a merenda escolar.



"ESCÁRNIO" Agripino critica afirmação do presidente Lula de que não está preocupado com corrupção

Para Agripino, denúncias indicam falta de ação do governo

O senador José Agripino (PFL-RN) discordou do teor dos discursos feitos pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Ideli Salvatti (PT-SC), que consideraram satisfatória a resposta que o governo federal vem dando no combate à corrupção. Ele disse que o recrudescimento do debate em torno da corrupção atesta que, ao contrário do que foi dito pelos dois petistas, as ações do governo Luiz Inácio

Lula da Silva têm sido pífias nesse sentido.

Na avaliação do senador, matéria publicada no jornal *O Globo*, citada por Tião Viana e Ideli, tratando dos esforços feitos pela Polícia Federal (PF) no combate à corrupção, em vez de favorecer o governo, depõe contra ele. Agripino utilizou-se do ditado popular "atirar com a pólvora alheia" para dizer que os dois senadores alardearam como ações do governo iniciativas independentes da PF.

Registrando que Ideli disse que considerava a página de *O Globo* "um orgulho" para o governo, Agripino comentou que o governo Lula deveria ter orgulho se a manchete fosse algo como "Incriminação pela CPI, Waldomiro é preso e condenado", ou então se o governo concordasse que seus próprios atos fossem investigados. Agripino também considerou um escárnio a afirmação do presidente Lula de que não estava preocupado com o crescimento das denúncias de corrupção.

Em apartes, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) concordaram com Agripino.

Cristovam aponta quebra de credibilidade nas instituições

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse ontem que não existe clima de golpismo no país, mas, sim, um clima de quebra de credibilidade nas instituições. O senador fez uma série de críticas e sugestões ao governo, entre elas a de que é equívoco ser contra investigações nos Correios, o que pode gerar desconfiança no governo.

Cristovam solicitou ainda ao presidente Lula que envie ao Congresso orçamento "com a cara do PT", ou seja, que retire recursos tradicionalmente destinados à parcela mais rica da população e distribua renda.

Para o senador, o momento atual reflete uma espécie de "espírito de impaciência, comum a toda a América Latina", em virtude de a democracia



INSATISFAÇÃO Momento atual reflete impaciência da população da América Latina, diz Cristovam

não ter conseguido resolver os problemas básicos da população.

Cristovam defendeu a celebração de políticas de alianças, "com ética e articuladas em torno de uma causa e não de acordos espúrios em nome do poder". Ele conclamou o governo a montar um projeto de bandeiras aglutinativas e implementar as transformações sociais que o país requer.

O senador ressaltou que a oposição vem tendo "comportamento oportunista", na forma como critica o governo.



Oposição ataca tentativas da base governista de impedir instalação da CPI dos Correios; Suplicy defende assinatura de requerimento; Antonio Carlos e Mercadante divergem em Plenário; e Arthur Virgílio diz que o governo Lula está sem rumo

Efraim critica governo federal e defende instalação da CPI dos Correios

O senador Efraim Morais (PFL-PB) defendeu ontem a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Ele criticou as tentativas do governo de impedir a criação da CPI.

– A CPI veio descortinar a frágil fachada do PT, cuja bancada não cessa de tentar barrar sua realização – declarou.

Segundo Efraim, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) teria dito que as elites estariam tramando a desestabilização do país.

– Essa afirmação é um descabimento atroz, somente justificável na mente de quem procura chifres expiatórios em cabeça de cavalo – afirmou.

Ele lembrou que as denún-

cias estão sendo investigadas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Mas ressaltou que, “apesar dos necessários esforços investigativos do Executivo, a natureza do suposto delito não lhe garante suficiente isenção para uma apuração isolada”, daí a necessidade de uma CPI.

– A tropa de choque do presidente Lula no Congresso alardeia o caos, como se esse fosse produto de uma ação conspiratória, e não resultado de sua própria incompetência política – acrescentou.

Efraim destacou que “a inépcia do governo tem imobilizado a organização de uma agenda propositiva no Congresso”.



ESFORÇOS Efraim ataca tentativas do governo de impedir o funcionamento da comissão



DECISÃO Suplicy diz que, apesar de ser favorável à investigação, seguirá orientação da bancada do partido

Suplicy segue o PT sobre requerimento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem que os parlamentares petistas deveriam assinar o requerimento de criação da CPI dos Correios. No entanto, ele avisou que vai seguir a decisão da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), que deverá se reunir na noite de hoje.

O senador disse ter conversado com os senadores petistas Paulo Paim (RS), Cristovam Buarque (DF) e Ana Júlia Carepa (PA), dentre outros, e todos, informou Suplicy, decidiram aguardar a reunião que analisará a questão.

Suplicy lembrou que vários de seus alunos na Fundação Getúlio Vargas (FGV) expressaram-se favoráveis à assinatura do requerimento pelos petistas. Ele acrescentou que, em congresso em Maceió, no qual era palestrante, em uma platéia de 400 pessoas, apenas quatro levantaram as mãos quando o senador perguntou se os senadores petistas deveriam desistir de assinar a criação da CPI. Suplicy disse ainda que recebeu 33 e-mails sobre o assunto e 32 deles pedem que a bancada do PT assine o requerimento.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), esclareceu ontem em Plenário sua divergência em relação a um discurso do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que apontou clima de desordem no país e falta de autoridade moral no atual governo. Para Mercadante, as declarações do senador baiano traduziram uma emoção de momento.

Mercadante também contestou declaração atribuída a ele, publicada pela imprensa e comentada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), de que as elites do país estariam conspirando contra o governo. Segundo ele, houve distorção



REPÚDIO Mercadante contesta declaração atribuída a ele de que elites conspiram contra o governo

de sua crítica ao discurso de Antonio Carlos em que o pefelista suscita que, se o governo não for apeado do poder pelo

voto, poderá ser “por aqueles que têm dignidade de reagir de qualquer maneira, para que o Brasil não viva a desordem”.

– Isso é atitude de um setor da elite sem compromisso com a democracia – reagiu.

Em resposta a réplica de Antonio Carlos, Mercadante negou tê-lo chamado de golpista e, ao ver o pefelista lembrar o apoio de seu pai ao regime militar, afirmou sua admiração pela figura paterna, apesar das convicções políticas diversas.

O senador também falou sobre a rejeição do jurista Alexandre de Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do

Judiciário. Ele admitiu que poderia ter se empenhado mais para aprovar Moraes. Mas disse que a rejeição foi causada por posição contrária externada pelo jurista à criação do conselho. O senador lembrou ainda que não houve atenção necessária da oposição.

Para evitar episódios do gênero, Mercadante considera essencial construir um acordo político amplo sobre as indicações e permitir um debate aberto sobre essas matérias.

Ideli Salvati (PT-SC), Ney Sussana (PMDB-PB) e Delcídio Amaral (PT-MS) elogiaram a atuação de Mercadante na liderança do governo no Senado.

ACM nega querer derrubada do governo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem, em resposta ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que não trabalha pela derrubada do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Mercadante havia mencionado discurso de Antonio Carlos, da semana passada, em que o senador baiano falou em “clima de desordem” no país, insi-

nuando que Lula poderia ser “apeado do poder”. ACM disse que não é golpista, mas que não vai “silenciar diante do que a nação está vendo, estarrecida com o governo do PT”.

Ele afirmou que Mercadante não pode acusá-lo de participação no golpe militar, já que o líder do governo “traz nas veias o sangue de 64”.

– Mercadante tinha bem próximo um dos mais atuantes militares do regime – disse, referindo-se ao pai do senador, e que foi general do Exército.

ACM criticou o petista pela suposta tentativa de abafar a CPI dos Correios, e insinuou que sua atitude se deve à pressão que sofre por disputar vaga de candidato a governador paulista.



ATAQUE ACM falou que não é golpista, mas não vai “silenciar diante do que a nação está vendo”

Arthur Virgílio afirma que Lula “está sitiado”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva “está sitiado”, disse ontem o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Para ele, o governo é prejudicado por uma articulação política deficiente e por uma base aliada fisiológica que não o apóia, mas o obriga a prestar solidariedade.

Arthur Virgílio rebateu as acusações de golpismo que aliados do governo teriam feito contra o PSDB, relacionando a criação da CPI dos Correios a uma tentativa de antecipar as eleições de 2006. Ele lembrou as manifestações populares que tinham como lema “Fora FHC”

e afirmou que o PT apoiou essas manifestações.

Política econômica

O líder do PSDB creditou o sucesso da política econômica atual à conjuntura externa favorável e justificou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentou diversas

crises externas em seu governo. Virgílio citou ainda dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelos quais a média de geração de empregos no governo anterior era de aproximadamente 120 mil por mês, contra 90 mil no governo atual.



DEPENDÊNCIA Conforme Alvaro Dias, economia do município hoje se baseia no comércio de contrabando

Alvaro Dias quer recuperar Foz do Iguaçu

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou em Plenário que apresentou projeto de criação do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref). O município, localizado na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, foi vítima, segundo o senador, de políticas imprevidentes que o levaram à decadência evidenciada pela dependência do comércio de produtos contrabandeados.

A proposta, explicou o senador, foi inspirada em idéia do advogado José Alexandre Saraiwa. Entre as fontes de recursos previstas, está a aplicação de 5% do Imposto de Renda, que o contribuinte paranaense poderá fazer mediante indicação em sua declaração. Estão previstas ainda dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional; dotações governamentais de origem estadual ou municipal, entre outras.

O parlamentar ressaltou que Foz do Iguaçu não dispõe de espaço territorial para a instalação de parques industriais. Muitos dos problemas existentes, segundo ele, devem-se ao fato de não ter havido compensação realista ao município por ter cedido boa parte de seu território para o tombamento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Parque Nacional do Iguaçu e para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.



SOLUÇÃO Paim destaca que a PEC Paralela deverá resolver muitos dos problemas dos servidores

“O governo não pode insistir no remédio”

■ Pedro Simon sustenta que não é possível a nação existir apenas para pagar a conta da dívida pública

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sustentou ontem em discurso que “a nação brasileira não pode existir apenas para pagar os juros de sua monumental dívida pública” e os cidadãos “não podem continuar existindo só para pagar impostos ao governo”. Ele se disse impressionado com os dados sobre dívida e juros preparados pela Consultoria Técnica do Senado.

– As despesas do setor público com juros passaram de R\$ 77 bilhões para R\$ 145 bilhões. A dívida do país é monumental, talvez impagável – opinou.

Simon informou que a dívida líquida de todo o setor público



ENCARGOS Simon afirma que a dívida do Brasil é monumental, talvez até impagável

fechou 2004 em R\$ 960 bilhões, dos quais R\$ 610 bilhões eram devidos pela União. Os estados deviam R\$ 305 bilhões e os municípios, R\$ 45 bilhões.

Para o senador, o governo tem de buscar alternativas ao pagamento de juros elevados como forma de conter a inflação. O governo, disse ele, “não tem um programa econômico”

Para Papaléo, Copom não deve aumentar mais os juros

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu ontem, em Plenário, que a equipe econômica do governo não aumente mais a taxa básica de juros (Selic). Papaléo fez referência ao último aumento dos juros, anunciado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) no dia 18. Na ocasião, a Selic subiu para 19,75% ao ano. O senador afirmou que essa é a maior taxa de juros do mundo. Ele advertiu que economistas brasileiros prevêem uma “crise de consequências imprevisíveis”, caso a elevação dos juros continue.

– É público e notório que o aumento da taxa de juros piora a competitividade das empresas brasileiras no exterior, o que

é de certa forma um paradoxo, pois o governo vem, por meio de constantes viagens, buscando novos mercados – avaliou o senador, ao destacar que os juros altos aumentam os custos de produção e diminuem os investimentos produtivos.

Papaléo pediu que o governo preste atenção nas consequências dos sucessivos aumentos de juros, pois, em sua opinião, a elevação da Selic aumenta os custos da rolagem da dívida pública, pondo em risco o crescimento econômico. Ele também afirmou que os constantes aumentos reduzem a geração de empregos, a massa salarial e a arrecadação de impostos.

O senador se disse preocu-

e se limitou a seguir o programa da gestão anterior.

Simon lembrou que recentemente o vice-presidente, José Alencar, comparou os gastos de juros com os investimentos. Entre 2003 e 2004, o governo pagou R\$ 280 bilhões de juros, e os investimentos foram de apenas R\$ 10 bilhões.

– É de impressionar: o gasto com juros foi 28 vezes maior que o investimento – afirmou.

O senador fez um histórico da dívida externa do país, hoje de US\$ 235 bilhões, lembrando que os economistas a consideram administrável e que o problema está na dívida interna.

Ao comentar a situação política, Simon observou que “nunca tinha visto uma segunda-feira tão sombria” quanto esta.

– O presidente Lula viajando para tão longe, no Japão, e aqui as manchetes de jornais e revistas falando de crises, dramas e problemas – disse o senador.



PREJUÍZO Papaléo diz que elevação da taxa de juros reduz a geração de empregos e a massa salarial

pado porque a economia do Amapá depende basicamente do comércio e de serviços, e os juros elevados comprometem essas atividades econômicas. O parlamentar alegou ainda que a elevação dos juros faz com que a população do estado fique “insegura quanto ao seu emprego, adiando seus projetos de vida, suas compras”.



LENTIDÃO Raupp lamenta que só agora o governo inicie a fase de discussão de normas para parcerias

Raupp pede regulamentação das PPPs

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a falta de regulamentação de dispositivos da lei que permite as parcerias público-privadas (PPPs), e lembrou que questões abordadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante análise de parecer sobre a matéria, ainda estão sem definição. A Lei 11.079/04 é resultado de projeto de lei aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República em dezembro.

– Só agora o governo inicia a fase de discussão das normas das PPPs. Em abril, ocorreu a primeira reunião da comissão encarregada de propor ao comitê gestor a definição dos serviços prioritários para a execução do regime de PPPs e dos critérios para a análise da conveniência de contratação sob esse regime – disse Raupp.

De acordo com o senador, as empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Distrito Federal, estados e municípios poderão contratar as PPPs.

– Devemos unir esforços para estimular o governo a viabilizar com rapidez as parcerias público-privadas. Afinal, já estamos perdendo o primeiro semestre do ano e o ano que vem é de meio semestre, por causa das eleições e todas as suas restrições quanto aos contratos com o governo – assinalou.

PEC Paralela deve ser votada antes do recesso de julho, diz Paim

O fato de a PEC Paralela da Previdência estar de novo no Senado, prestes a ser aprovada, depois de um ano e meio de tramitação, foi celebrado pelo senador Paulo Paim (PT-SP). Ele disse acreditar que a PEC será votada antes do recesso de julho.

– Sinto-me orgulhoso por ter colaborado. A PEC resolve

muitos problemas de milhares de servidores – observou.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse desejar que as modificações passem a valer o mais rápido possível. Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, pediu rapidez na apresentação do relatório, que está sendo elaborado pelo senador

Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

CPI dos Correios

Paim destacou ainda que não é justo que o foco do debate da CPI dos Correios esteja no PT.

– Nenhuma denúncia atinge o partido. Não há o que temer. Se houve algum equívoco por parte de um ou outro que pertence à base governista, ele vai

poder responder – frisou.

Cristovam Buarque (PT-DF) argumentou que não fazer CPI por pressão do governo pode ser muito pior, pois pode levar ao descrédito do partido.

O líder Delcídio Amaral (PT-MS) lembrou que a bancada do partido deve se reunir hoje para tratar do assunto.

Renan defende reajuste para cotas de importação

■ Senador diz que queda da tarifa sobre o coco ralado ameaça emprego de 500 mil trabalhadores

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, subiu à tribuna ontem para protestar contra a redução, pelo governo brasileiro, da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul sobre o coco ralado, de 55% para 10%. A redução, "sem nenhuma justificativa, sem nenhuma explicação", conforme o senador, foi feita pelo governo em julho do ano passado e deixou 224 mil produtores em risco de falência e meio milhão de trabalhadores ameaçados de desemprego.

Segundo Renan, essa é a mais longa crise que esses produ-



Fotos: Roosevelt Pinheiro
CONCORRÊNCIA Renan afirma que essa é a mais longa crise enfrentada pelos produtores brasileiros

res já enfrentaram, apesar dos sucessivos ganhos de produtividade dos últimos anos. Toda essa produtividade, porém, é insuficiente para suportar os subsídios de até 42% instituídos por alguns países, como Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Malásia e Costa do Marfim.

– Essa crise tem um nome:

concorrência desleal. E um sobrenome: importação desenfreada – afirmou Renan, informando que, de dezembro a fevereiro passado, o país importou 400 toneladas a mais de coco ralado, cujo preço caiu até 36%.

O presidente do Senado lembrou que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC), que condenou os subsídios filipinos, permitindo as salvaguardas. O Brasil, então, estabeleceu cotas de importação para os países que comprovadamente subsidiam a produção e incluiu na lista de exceções do Mercosul a TEC de 55%. Mas, inexplicavelmente, enfatizou o senador, a tarifa foi reduzida e as salvaguardas foram deixadas de lado.

Suassuna volta a pedir verbas para o Nordeste

A maneira discriminatória como o governo federal continua tratando o Nordeste, quando é para assegurar àquela região os benefícios que, normalmente, são concedidos ao Sudeste, recebeu novas críticas do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Nesse sentido, ele relatou que, até hoje, a prefeitura de Campina Grande (PB) não recebeu os recursos no valor de R\$ 1,8 milhão, aprovados por medida provisória, para a construção de 300 casas, que

foram destruídas durante as enchentes, em 2003.

Segundo o senador, a prefeitura de Campina Grande ainda paga aluguel para as pessoas que perderam suas casas em consequência das chuvas. Enquanto isso, observou Suassuna, o governo já repassou R\$ 430 milhões para a região Sudeste, que sofreu seca no mesmo período.

– Não posso deixar de protestar em nome do Nordeste, que é tratado como se fosse de



DIREITOS Suassuna quer para a região o mesmo tratamento concedido aos estados do Sudeste

segunda categoria – afirmou. E disse não concordar que o Nordeste, tratado como igual na hora de pagar impostos, seja empurrado para uma posição de inferioridade quando se trata de receber os benefícios.

Sarney elogia regularização de terras no Amapá

O senador José Sarney (PMDB-AP) saudou a iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de editar decreto, publicado ontem no *Diário Oficial* da União, instituindo grupo de trabalho intergovernamental para analisar e viabilizar, em 90 dias, a destinação de terras da União para o Amapá. Na sua opinião, a providência deverá pôr fim à "confusão fundiária" que até



CAMINHO Sarney destaca que decreto deverá pôr fim à confusão fundiária que persiste no estado

hoje persiste no estado.

Sarney explicou que a transformação do antigo território em estado não foi acompanhada pelo repasse do domínio das terras da União. Essa desorganização teria prejudicado especialmente a

agricultura do Amapá.

– Estou convencido de que esse grupo de trabalho abrirá caminho para a restituição das terras ao Amapá – declarou.

O senador disse que o Amapá é um dos estados que há mais tempo teve seu território definido. Segundo ele, a identificação dessas terras foi feita em janeiro de 1500, pelo navegador espanhol Vicente Pinzón. Só em 1900 o domínio brasileiro sobre a região, cobrada por ingleses, irlandeses, holandeses e franceses, teria sido declarado e reconhecido internacionalmente.



DEFESA Jonas garante que o ritmo de desmatamento no estado caiu 2% em 2004 em relação a 2003

Jonas diz que família Maggi não planta em floresta

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu em Plenário o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, das acusações feitas por ambientalistas de que ele tem sido um dos maiores responsáveis pelo desmatamento da Amazônia. Nesta semana, o governo federal divulgou que houve um crescimento de 6% no desmatamento de agosto de 2003 a agosto de 2004.

– A família dele não planta em floresta; só nos cerrados. E há dez anos que eles não desbravam nenhuma nova área de cerrados. É injusto que o governador e sua família sejam acusados – afirmou Jonas Pinheiro.

A família do governador plan-

ta em Mato Grosso 150 mil hectares, a maior parte de soja.

O senador afirmou que o aumento no desmatamento da Amazônia é provocado, entre outras coisas, pela Medida Provisória 2.166/96, que modifica o Código Florestal e aumenta de 50% para 80% a reserva florestal que os fazendeiros são obrigados a seguir na Amazônia. Ele disse que a MP "é tão radical" que está parada no Congresso.

Jonas Pinheiro leu nota do governo de Mato Grosso, em que informa que o ritmo de desmatamento no estado caiu 2% em 2004, comparando-se com 2003, enquanto na Amazônia Legal houve crescimento de 6%. O documento destaca que o governo estadual só fiscaliza as áreas superiores a 300 hectares, cabendo terrenos menores ao Ibama. A nota diz ainda que, no fim de 2002, só 1.587 propriedades rurais tinham licenciamento ambiental. Hoje, esse número cresceu para 4.793.

Em aparte, Jonas Pinheiro foi apoiado pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Agripino (RN), líder do PFL. Agripino disse que Blairo Maggi, que já ocupou o mandato de senador, "é apontado como o vilão do meio ambiente", mas "se trata de um brasileiro que planta e emprega um mundo de gente", procurando produzir soja com tecnologia mais avançada.

ACM cobra do governo ajuda aos produtores de cacau da Bahia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou providências ontem do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com relação à crise que afeta os produtores de cacau na Bahia. Segundo Antonio Carlos, o ministro teria prometido autorizar o adiamento da cobrança da dívida dos produtores desse setor.

– O ministro da Fazenda é um homem sério e por isso tem o dever de atender o que é justo e de não negar os recursos indispensáveis àqueles que precisam – argumentou o senador baiano.

Em seu pronunciamento, Antonio Carlos também elogiou o trabalho da bailarina e fisioterapeuta Fernanda Bianchini. Ele se disse emocionado com a iniciativa da

fisioterapeuta, apresentada no último domingo, dia 22, no programa *Domingão do Faustão*, da TV Globo. Trata-se da Associação de Balé para Cegos Fernanda Bianchini, em que deficientes visuais têm aulas de balé, artes plásticas, dança de salão, teatro e violão.

O senador pediu que o governo apóie o trabalho de Fernanda Bianchini e sugeriu que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, destine parte da verba utilizada na reforma da sede do Ministério da Cultura para a Associação de Balé para Cegos.

– É preciso ser desumano para gastar milhões de dólares com *shows* de vários artistas e não dar um vintém a um trabalho como esse – protestou Antonio Carlos.